



Conselho da Magistratura



Conselho da Magistratura

Des. Marco Antônio Barbosa Leal – *Presidente*
Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa
Des. Danúbio Edon Franco
Des. Vasco Della Giustina
Des. Jorge Luís Dall’Agnol
Des. Ricardo Raupp Ruschel (atuou até 16-03-06)
Des^a Mara Larsen Chechi (atuou até 16-11-06)
Des^a Ana Maria Nedel Scalzilli (titular a partir de 28-03-06)
Des^a Matilde Chabar Maia (titular a partir de 21-11-06)

Suplentes:

Des^a Elaine Harzheim Macedo (suplente a partir de 28-03-06)
Des. Otávio Augusto de Freitas Barcellos (suplente a partir de 21-11-06)

Secretária: Alice de Aguiar Diehl

O Conselho da Magistratura é o órgão disciplinar máximo da 1^a instância e de planejamento da organização e administração judiciárias em 1^a e 2^a instâncias. No elenco de suas inúmeras atribuições, cumpre destacar que a ele cabe determinar a instauração de sindicâncias e de processos administrativos, aplicar correções extraordinárias, apreciar as indicações de Juízes-Corregedores, avaliar propostas de política e de remuneração de pessoal, decidir sobre especialização de varas privativas, bem como julgar, em sede recursal, as decisões do Corregedor-Geral da Justiça, do Presidente do Tribunal de Justiça e dos Vice-Presidentes.

São integrantes do Conselho da Magistratura o Presidente do Tribunal de Justiça (seu Presidente nato), os três Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e dois Conselheiros titulares eleitos pelo Órgão Especial, além de dois suplentes escolhidos da mesma forma.

Dentre os inúmeros assuntos apreciados pelo Conselho no ano 2006, vale destacar:

- Implantação do Projeto Apoio ao 1^o Grau nas Comarcas de Agudo, Canela, Dois Irmãos, Horizontina, Novo Hamburgo (4^a Vara Cível), Parobé, Piratini, Taquara, Taquari e Uruguaiana.
- Instalação do Serviço de Protocolo-Geral nas Comarcas de Canguçu, Capão da Canoa, Encantado, Farroupilha, Santiago, Santo Antônio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar, Taquara e Torres.
- Instalação da 2^a Vara Judicial da Comarca de Jaguarão.
- Especialização da 4^a Vara Cível da Comarca de Bagé em Vara de Família.
- Instalação dos 2^o e 3^o Registros de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre e a criação de Central de Distribuição para os três Serviços de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre.
- Instalação do Tabelionato de Notas de Arambaré (Comarca de Camaquã) e do 3^o Tabelionato de Notas de São Leopoldo.
- Instalação dos Serviços Notariais e Registrais de Tunas.
- Prorrogação da validade dos concursos de Escrivão, Distribuidor-Contador, Médico Judiciário e Oficial de Justiça.



- Prorrogação do expediente interno implantado nos Cartórios Judiciais – estatizados ou privatizados – de todas as comarcas do Estado do Rio Grande do Sul até 30 de junho de 2007.
- Prorrogação do Projeto Conciliação de Família nos Foros Regionais do Sarandi, Tristeza e Alto Petrópolis.
- Instauração do Projeto Reforço na Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre.
- Incorporação dos cargos comissionados e das funções gratificadas na Lei nº 7.326/79, dos Serviços Auxiliares do Juizado da Infância e da Juventude da Capital, na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça.
- Fixação da competência para processamento e julgamento dos crimes decorrentes da prática de violência doméstica (Lei nº 11.340/06).
- Apreciação do Relatório Final da Corregedoria-Geral da Justiça (Vitaliciamento de Magistrados).
- Alteração da jurisdição do Município de Dilermando de Aguiar para a Comarca de São Pedro do Sul.
- Provimento dos cargos do Cartório Integrado de Cidreira.
- Criação do Cartório Integrado em Taquara no Município de Rolante e os respectivos cargos.
- Criação de 48 cargos, a fim de atender situações emergenciais no interior do Estado, e criação de 50 cargos de Oficial Escrevente na Capital.
- Criação de 16 cargos de Assessor para os Desembargadores integrantes dos 3º e 4º Grupos Criminais.
- Alteração do art. 160 do COJE – alteração do horário do expediente forense de 1º grau.
- Criação do Fundo Notarial e de Registros – FUNORE, para compensação dos atos praticados pelos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais.
- Alteração do Regimento Interno do Conselho de Recursos Administrativos – CORAD.
- Criação do Conselho de Supervisão dos Juizados de Execução Penal do Estado – CONSEP.

A Secretaria do Conselho da Magistratura é integrada pela Secretária, que tem a atribuição de coordenar e controlar a execução dos trabalhos, secretariando as sessões do Conselho, elaborando pautas, atas, ofícios, resoluções, editais, portarias, atos do Conselho e cumprindo despachos ordenados pelos Relatores; dois Dirigentes de Processo, a quem compete assistir a Secretária na coordenação dos trabalhos, cabendo a eles e aos demais servidores lotados as tarefas de autuar, registrar, distribuir e dar o devido encaminhamento a petições e expedientes, efetuar serviços de digitação e de pesquisa.

Em 15 de maio de 2006, o Colendo Tribunal Pleno aprovou o novo Regimento Interno do Conselho da Magistratura, ampliando-lhe a competência.

A seguir, quadro-resumo das atividades desenvolvidas no ano 2006:



Processos por Relator				
Desembargador	Distribuídos	Julgados	Despachados	Convertidos em Diligência
Ana Maria Nedel Scalzilli (início do biênio em 28-03-06)	66	53	10	–
Aristides Pedroso de Albuquerque Neto (término do biênio em 01-02-06)	22	25	05	–
Arminio José Abreu Lima da Rosa	71	85	10	01
Danúbio Edon Franco	70	75	16	–
Jaime Piterman (término do biênio em 01-02-06)	05	05	06	–
Jorge Luís Dall’Agnol	264	321	02	01
Mara Larsen Chechi (término do biênio em 16-11-06)	53	64	08	–
Marco Antônio Barbosa Leal	75	62	42	–
Marco Aurélio dos Santos Caminha (término do biênio em 01-02-06)	03	09	04	–
Osvaldo Stefanello (término do biênio em 01-02-06)	07	08	05	–
Ricardo Raupp Ruschel (término do biênio em 16-03-06)	03	10	02	–
Vasco Della Giustina	71	79	10	–
Vladimir Giacomuzzi (término do biênio em 01-02-06)	04	08	02	–
Total	714	804	122	02

Obs.: O Presidente é o Relator nas declarações de suspeição.

O número de processos julgados pode ser superior ao de distribuídos, em virtude de alguns expedientes serem julgados mais de uma vez.

Demais Atividades da Secretaria	
Sessões Realizadas	39
Suspeições	66
Resoluções	49
Atos	61
Editais de Julgamento	38
Editais	129
Regimes de Exceção Instaurados	43
Notas de Expediente	90

Fonte: Secretaria do Conselho da Magistratura.